



Reflexões Sobre o Sistema Midiático Brasileiro e Seus Vínculos Políticos: um escândalo nas páginas de O Globo e de O Estado do Maranhão¹

Pâmela Araujo PINTO²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Este artigo discute as relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil e seus vínculos com a política. Trabalhou-se com a ideia de uma geopolítica da imprensa brasileira, na qual a diferença entre o jornalismo produzido na região sudeste e o jornalismo regional diz respeito à distribuição de poder entre as esferas de centro e margem. Realizou-se um estudo comparado acerca do enquadramento adotado na cobertura do caso Lunus em O Globo e O Estado do Maranhão. Estudou-se uma síntese do *corpus* de 297 matérias, utilizadas na pesquisa do mestrado. Mostrou-se que os limites entre o jornalismo nacional e regional são flexíveis e que estes conceitos podem ser invertidos de acordo com o contexto no qual os veículos estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; nacional; regional; política; caso Lunus.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca problematizar as relações entre mídia e política no cenário comunicacional brasileiro. Acredita-se que as mídias nacional e regional possuem vínculos com a política e estes refletem na configuração e ação de grupos midiáticos, interferindo na visibilidade dos partidos, impactando a democracia. Esta discussão tem como base a pesquisa empreendida entre 2008 a 2010, da qual resultou a dissertação *As interfaces do jornalismo nacional e regional no Brasil: Roseana Sarney e o caso Lunus*. O escândalo envolvendo a governadora do Maranhão, Roseana, na corrida presidencial das eleições de 2002 mostrou-se atual para refletir as ligações entre grupos midiáticos e grupos políticos. Seja por questionar a posse de veículos por parte dos políticos ou por mostrar as trocas de “clientelistas” entre proprietários de veículos e a classe política. No Brasil, 7% dos parlamentares do Congresso Nacional possuem veículos de radiodifusão (MINICOM, 2011), o que torna este debate necessário.

O caso Lunus foi o escândalo político que ocorreu no momento em que Roseana tornou-se pré-candidata a Presidência. A Lunus Serviços e Participações Ltda tinha Roseana como acionista majoritária com 82,50%, em sociedade com seu marido e secretário de Estado, Jorge Murad (17,27%) e Severino Cabral (0,23%). No dia 1º de

¹Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: pinpamela@gmail.com



março de 2002, a Polícia Federal efetivou uma operação de busca e apreensão na sede da empresa, encontrando documentos que a relacionavam com desvio de verba pública e R\$ 1,34 milhão em dinheiro. O caso Lunus ocorreu após uma campanha do PFL para apresentar Roseana como pré-candidata ao restante do Brasil. Sua ocorrência reconfigurou o jogo político de 2002, provocando a ruptura entre o PFL e o PSDB, atingindo a base governista do presidente Fernando Henrique Cardoso e as alianças do candidato José Serra. Por outro lado, maculou a imagem pública de Roseana de forma definitiva.

O objetivo central desta pesquisa foi mostrar a existência de relações entre o centro e as margens da comunicação no Brasil, a partir do jornalismo. Para tanto, buscou-se um objeto capaz de sintetizar os laços estabelecidos nestes dois eixos do jornalismo, influenciados diretamente pela geopolítica do país.

O escândalo Lunus foi o vértice para um estudo entre os jornalisismos tidos como nacional e regional, por agregar atores dos dois circuitos e expor suas formas de atuação. A mídia regional está inserida na imprensa brasileira, representada pelos veículos concentrados historicamente na região Sudeste. Entretanto, estes dois pólos de produção de informações são separados por simplificações, fato que reduz as compreensões da comunicação brasileira de modo mais completo. Observar as variações entre o parâmetro “ideal” de imprensa e o parâmetro real da comunicação praticada para além do “eixo Sudeste” enriquece os diálogos no campo da comunicação, ao mesmo tempo em que promove o questionamento de práticas e do controle da mídia. Analisaram-se 297 matérias nas capas d’O Globo e d’O Estado do Maranhão para discutir a relação da imprensa nacional e regional, no caso Lunus. Utilizou-se a metodologia de análise comparativa dos enquadramentos recebidos nos veículos.

Dividiu-se o texto em quatro partes: a primeira situa o escândalo e seu contexto, depois se discute a ideia de geopolítica da imprensa brasileira. A sessão seguinte aponta uma síntese do escândalo nos jornais, complementada por depoimentos de jornalistas que cobriram o caso, seguida das considerações finais.

1. ANTES E DEPOIS DE UM ESCÂNDALO

Escândalo é a ação ou acontecimento que implica em contravenções capazes de provocar uma resposta pública, pela sua gravidade. Esta transgressão de valores éticos gera um discurso infamante por parte daqueles que estão “de fora”. Este discurso possui dupla função, pois ao mesmo tempo em que estigmatiza e contribui para o descrédito dos participantes da contravenção, é também o elo entre o acontecimento e a sua



existência pública. Para um escândalo surgir, o discurso infamante deve assumir *status* de discurso público. Os veículos de comunicação tornaram-se fundamentais neste processo, pois a mídia passou a ser co-participante na construção dos escândalos, quando esta os tornou públicos e os transformou em eventos midiáticos (THOMPSON, 2002).

A compreensão do escândalo Lunus depende da percepção dos laços tecidos contemporaneamente nos âmbitos político-partidários e midiáticos. É necessário fazer uma incursão na história política brasileira, com a intenção de perceber que sua força motriz ainda carrega traços fortes da formação federalista, iniciada com a Carta de 1891 e maturada por um pacto não escrito elaborado por Campos Sales (1898 - 1902).

Tal sistema estabeleceu que a força política dos atores do centro de poder era consolidada com o apoio de atores regionais. “A formulação desse pacto combinou o reconhecimento, por parte de Campo Sales, da preexistência de uma distribuição natural do poder na sociedade brasileira, com a definição de novas bases morais e doutrinárias para a política nacional, através de uma comunidade política despolidizada”, (LESSA, 2001, p. 44). A figura dos presidentes de província, sem autonomia, foi suplantada pelos governadores de estado, com poder de decisão e total apoio do governo federal. Surgiu então a Política dos Estados, amplamente acolhida pelos chefes regionais que viraram adeptos da nova sistemática, na qual a periferia legitimava, pelo voto, o poder central e este concedia autonomia, cargos e verbas aos chefes estaduais.

Segundo Lessa (2001), tal política significou um engessamento da competitividade garantida pela democracia. Desta forma, a Política dos Governadores reforçou o papel desempenhado pelos estados ao longo da vida da República, atribuindo o protagonismo aos estados localizados no centro, em detrimento dos estados periféricos que ficam margeados dos processos decisórios. Com isso, implantou-se uma tradição política reforçada por outros governantes nas demais fases da vida republicana brasileira. Além dos governadores, surgiram figuras determinantes para esta estruturação de poder, os coronéis, que se aliaram ao setor político para reagir à decadência econômica da agricultura, no início do século XX. “A possibilidade de diminuição de seu poder fez com que ele assumisse um papel diferencial como um intermediário entre o poder federal e o setor empresarial. Esta é sua condição de sobrevivência neste momento histórico”, (SANTOS, 2006, p. 13).

Foi a partir da experiência, nos moldes da Política dos Governadores, que Sarney se consolidou na política nacional e da mesma forma buscou inserir Roseana na



disputa majoritária de 2002. Entretanto o *modus operandi* praticado no Maranhão não pôde ser sustentado no âmbito nacional e foi utilizado pelo PSDB como arma na derrubada de Roseana. A ação da Polícia Federal foi decisiva para a desistência do PFL da candidatura autônoma. Após o escândalo, Roseana foi eleita senadora (2003 – 2009) e governadora do Maranhão³, voltando à esfera regional de poder.

2. A GEOPOLÍTICA DO JORNALISMO BRASILEIRO

A criação do sistema midiático é vinculada historicamente ao campo político brasileiro, isto complexifica a relação entre estes dois campos. Da imprensa instalada com a chegada da Família Real, em 1808, à adoção do *trusteeship model*⁴, na década de 1930, observou-se a concentração das mídias nas mãos das elites econômicas e políticas. A falta de rigor nas legislações determinou a ocorrência de conglomerados, pois permitiu a propriedade cruzada de veículos. Na época, as concessões de rádio e televisão foram para os grupos já consolidados. Assim se formaram os maiores grupos de mídia nacionais e regionais no país, resultando num sistema controlado por um reduzido grupo de empresas, (LIMA, 2006). A formação da geografia comunicacional brasileira, ocorreu de forma complexa, segundo Melo (2010, p. 17 - 18):

A natureza continental e a topografia acidentada do espaço brasileiro inibiram durante vários séculos a interiorização dos fluxos comunicacionais. Foi inevitável a constituição de culturas regionais, unificadas pelo mesmo código linguístico, mas diferenciadas pelos usos e costumes locais. (...) Esse “arquipélago cultural” permaneceu praticamente imutável até o século XX, quando foram otimizadas as comunicações por via fluvial ou construídas as rodovias e as ferrovias e desenvolvidas as aerovias, removendo as barreiras que obstaculizam a circulação de mercadorias ou de bens simbólicos.

Outro fator determinante para a relação das empresas midiáticas com o poder público foi a dependência financeira dos meios de comunicação em todo o país para obter a infraestrutura necessária a sua expansão. Conjuntura viabilizada somente com a ditadura militar de 1964, que proporcionou condições econômicas para o desenvolvimento de um sistema nacional de telecomunicações e de radiodifusão.

Hoje, o vínculo mais estreito que rege as relações entre mídia e a política são as concessões de radiodifusão, com acentuada distribuição no governo militar e no período

³ Em 17 de abril de 2009, Roseana foi empossada governadora, após a cassação do governador Jackson Lago pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi eleita em 2010, no primeiro turno, governadora do Maranhão até 2014.

⁴ Sistema que entrega o setor de radiodifusão à exploração comercial da empresa privada, através de concessões da União.



pós-ditadura, na gestão do presidente José Sarney. No governo do general Figueiredo foram feitas mais de 700 concessões de rádio e televisão, o que representou mais de 1/3 do total das emissoras existentes desde o surgimento da radiodifusão no Brasil. O auge das outorgas para políticos o período do Congresso Constituinte (1987-1988), gerido pelo ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, em pleno jogo para permanência do presidencialismo como forma de governo e a não redução do mandato de Sarney, (LIMA, 2008). Entre 1985 e 1988 foram assinadas 1.028 outorgas, 91 dessas foram dadas para deputados e senadores constituintes. Desse total, 92,3% votaram a favor do presidencialismo e 90,1% votaram a favor do mandato de cinco anos para o então presidente da República. Durante o governo FHC foram autorizadas 357 concessões educativas sem licitação e vendidas 539 emissoras comerciais.

Pretende-se expor algumas características atribuídas ao jornalismo regional, mas que são verificadas no jornalismo nacional e de certa forma constroem paralelos entre estes modelos de interface da imprensa brasileira. A primeira similaridade são os vínculos de ambos os jornalismo com o campo político. A pluralidade de espaços e de análises é incontestável na grande imprensa, entretanto os laços com a política também perpassam os interesses dos grandes veículos, tendo em vista a própria cultura de apadrinhamentos na implantação canais de radiodifusão. Os veículos da grande imprensa estão ligados a uma rede de contratos indispensáveis a sua sobrevivência empresarial e com a qual respondem com credibilidade, por meio da instituição de valores e normas jornalísticas. Mas além dos anunciantes e leitores há também parcerias políticas firmadas em consonância com as conjunturas vigentes. O traço mais grave destes vínculos se dá quando políticos são donos de grupos midiáticos. Em 2011 o Mincom divulgou a lista de outorgas da radiodifusão no país, das quais 7% pertencem aos membros do Congresso Nacional, nas regiões de centro e margem do Brasil: são 32 deputados com outorgas⁵ e oito senadores⁶ com veículos em funcionamento (CRUZ e WIZIACK, 2011).

Outra característica diz respeito à concentração midiática que ocorre no Brasil e o impacto que ela ocasiona nas cadeias de veículos que interligam o país. Para alcançar todo o território, as cinco redes de televisão comerciais (Globo, SBT, Record, Band e Rede TV) possuem cerca de 43 veículos próprios e aproximadamente 168

⁵ Em Alagoas, Ceará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo e Tocantins.

⁶ Em Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Distrito Federal.



retransmissoras para abarcar aproximadamente 56 milhões de aparelhos de TV, distribuídos nos país (KIELING, 2010). Neste processo os conglomerados nacionais fortalecem redes locais, independentemente do uso que farão deste “poder”.

Acredita-se que existe um elo mais complexo entre o jornalismo nacional e regional, que mais que opostos, mostram-se como similares em pontos centrais e até interdependentes. É importante destacar que esta concentração não é restrita aos grupos regionais, mas iniciou na grande imprensa, que ao longo das décadas profissionalizou-se para atender às demandas do mercado, mas continuou concentrando os empreendimentos no âmbito familiar.

Melo (2010, p. 20) demarca que o fosso entre os dois fluxos de comunicação reduziu ao longo do século XX. Para o autor, a “bipolarização dos fluxos comunicacionais” no Brasil permanecerá enquanto não forem alteradas a exclusão social e a indigência educacional, enquanto isso, os dois sistemas permanecerão ativos, correspondendo às demandas culturais de audiências estanques ou segregadas.

2.1 Jornalismo Nacional e Jornalismo Regional

O jornalismo brasileiro é diretamente afetado pela divisão geopolítica do país, na qual a posição ocupada no eixo centro-periferia é determinante no poder de decisão, seguindo os parâmetros da Política dos Governadores. O centro brasileiro foi estabelecido no Rio de Janeiro, sede da Corte Portuguesa e posteriormente da República, onde também foram fixadas as principais atividades econômicas e a política do país. A concentração econômica na região Sudeste alimentou também a “autonomia” de muitos veículos de circulação nacional, que historicamente foram fixados nestes centros de onde reverberam informações para diferentes partes do país.

Configurou-se uma divisão geopolítica da imprensa brasileira, com os diversos jornalismos produzidos de acordo com a realidade local dos jornalistas e dos empresários de mídia. O conceito de jornalismo foi enquadrado de forma simplista em duas categorias dicotômicas, opondo valores como credibilidade e legitimidade: o jornalismo nacional, responsável pela cobertura de temas de relevância a todo território, e o jornalismo regional, restrito a temas locais. Notou-se uma anulação das diferentes personalidades sociais dos jornais (HALL, 1993) produzidos além dos limites deste eixo central. Ao seguir a lógica de padronização proposta pela grande imprensa, que muitas vezes desconsidera o contexto de produção da informação, o jornalismo regional reforça o jornalismo nacional.



O binômio “centro e periferia” é usado no Brasil para localizar o jornalismo regional na condição de manipulável e legitimar a autonomia da grande imprensa. Porém, devem ser entendidas como conceitos relativos, visto que não são condições imutáveis (ALBUQUERQUE, 2008). Segundo o autor, as grandes empresas midiáticas brasileiras ora atendem à ideia de centro, quando servem de modelo para grupos menores, ora estão na condição de periferia, ao tomar como referência determinado modelo estrangeiro. O mesmo acontece quando sistemas considerados periféricos servem de parâmetro, para veículos ainda menores, assumindo a condição de centro.

A inserção de capital internacional no sistema televisivo brasileiro, com a implantação da TV Globo, sintetiza esta inversão de posições entre os eixos centro e margem da comunicação brasileira. A parceria entre as Organizações Globo e o grupo Time-Life iniciou em 1962, com assinatura de dois contratos: o Contrato Principal, uma conta de participação, e o Acordo de Assistência Técnica. A sociedade entre as empresas duraria 11 anos e em seguida se prorrogaria por prazo indeterminado. Em 1965, as empresas firmaram outro contrato no qual a Time-Life teria 45% de participação nos lucros da Rede Globo. Houve um aumento de remessas de dinheiro, pois a emissora começou a operar em abril de 1965, no Rio de Janeiro, (HERTZ, 1991). A associação entre as empresas foi viabilizada no governo militar, com parecer aprovado pelo presidente Castelo Branco, em 1967, e assim as Organizações Globo se expandiu pelo país, (WEBER, 2000).

No Brasil existe uma tensão permanente, determinada pelo nível de dependência econômica das empresas, entre os jornalismo e a política. Este fato não permite naturalizar as práticas clientelistas nem isentar o partidarismo implícito de alguns conglomerados de comunicação. Os laços entre a grande mídia, o jornalismo regional e a política são subterrâneos, como denota a relação entre as famílias Marinho e Sarney.

Roberto Marinho teve um forte vínculo político, econômico e afetivo com o político José Sarney. O viés político desta amizade foi acentuado no período em que o maranhense ocupou a Presidência da República, (1985-1990). Como conselheiro de Sarney, Marinho indicou nomes dos ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Máílson da Nóbrega (Fazenda). A relação comercial entre as famílias ocorreu com a transferência do sinal da TV Globo para Sarney, em 1991, o que reforçou o poder local do Sistema Mirante de Comunicação, composto por quatro emissores de televisão, afiliadas à Rede Globo; pelo jornal O Estado do Maranhão; 14 emissores de rádio, na capital e no interior e o portal da internet “Imirante.com” – hospedado no



portal “Globo.com”. Os laços afetivos foram reforçados pela ligação “imortal”, pois Marinho ocupou a cadeira n° 39 da Academia Brasileira de Letras, ao lado do assento de Sarney, cadeira n° 38.

O envolvimento econômico dos grupos superou a relação matriz/filial, como evidenciou o programa “Viva Educação”. O projeto educacional, criado em 2000 visava aumentar os índices educacionais pelo tele-ensino, por meio da metodologia da teleaula no ensino público. Couto (2007, p. 140) apontou a Fundação Roberto Marinho e a Editora Globo como principais beneficiadas do convênio assinado com a governadora Roseana Sarney, em 22 de novembro de 2000, no valor de R\$ 114 milhões. Há uma parceria lucrativa entre os dois grupos de comunicação, desconhecida por parte do público do jornalismo nacional e regional. No âmbito regional as Organizações Globo mantêm contrato formal com um sistema político, e nacionalmente critica tais práticas. A extensão do poder midiático da família Sarney no Maranhão é relacionada com o vínculo mantido com as Organizações Globo. A credibilidade do padrão Globo é utilizada para fins políticos em todos os outros veículos do grupo Sarney.

3. O CASO LUNUS NOS JORNAIS

O *corpus* deste trabalho foi composto por 297 matérias informativas publicadas na editoria de política, sendo 107 veiculadas n’OEMA e 190 n’OG. Neste trabalho será exposta uma síntese da análise, ilustrada por uma amostra das manchetes dos veículos.

Optou-se pela análise de enquadramento como recurso metodológico para sistematizar a amostra dos jornais sobre o caso. Autores como Tuchman (1978), Entman (1991) e Porto (2004) consolidaram esta metodologia, a partir da percepção de que o discurso jornalístico constrói seus objetos por meio da ênfase e das omissões durante a abordagem de determinado tema, o que resulta em diferentes olhares e diferentes matérias. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1991).

Dividiu-se o conteúdo da cobertura em três fases, nos dois jornais, a fim de se verificar a presença de quatro tipos de quadros: *enquadramento policial* (com ênfase nos delitos ocorridos no caso Lunus); *enquadramento eleitoral* (com ênfase no impacto sofrido na campanha presidencial de 2002); *enquadramento de governo* (retratou as relações da base governista composta pelo PFL e PSDB) e o *enquadramento geopolítico*



(privilegiou as relações entre o local e o nacional). Outros recursos foram adotados para denotar as estratégias de visibilidade de cada veículo, como o uso das fontes citadas; a verificação do espaço dedicado às matérias; a publicação de imagens e a ausência e a presença de informações. A análise comparou o conteúdo dos dois jornais ao longo de todo o percurso para verificar as simetrias e possíveis contradições na publicação das matérias. Esta segmentação foi baseada em dois critérios, comuns aos veículos aqui trabalhados: o trânsito das matérias entre a capa e as páginas internas da editoria de política; e o fluxo dos acontecimentos divulgados ao longo da cobertura. O percurso da notícia dentro do jornal denotou o destaque obtido pelos temas e com isso mostrou-se quais aspectos as empresas privilegiaram. A dinâmica provocada pelo acréscimo de novas informações ao caso expôs como cada veículo trabalhou sua versão.

N'O Globo, a crise protagonizada por Roseana figurou em 38 edições, 26 foram em março e 12 em abril. Ao longo do período o caso foi tema de 26 capas, sendo o escândalo tratado 19 vezes nas capas de março e sete vezes em abril. Seguem as três fases de análise da amostra: 1ª Fase: composta por manchetes ininterruptas na capa do jornal, entre 02 a 14 de março. Os textos refletiram o impacto do caso no cenário político nacional e ambientaram os leitores sobre os laços políticos regionais da família Sarney; 2ª Fase: de 16 de março a 06 de abril, totalizando 18 dias de cobertura, com seis manchetes nas capas e 12 dias de notícias veiculadas internamente. Este foi o único período no qual se verificou a ausência de veiculação de matérias; 3ª Fase: o caso retornou às capas, 08 a 14 de abril, para abordar a desistência de Roseana do pleito.

A amostra de O Estado do Maranhão é formada por 107 matérias, coletadas em 35 edições sobre o caso Lunus, das quais 25 foram registradas em março e 10 em abril. O escândalo foi tema de 31 capas como manchete, 22 vezes em março e nove em abril. Seu conteúdo foi dividido em três fases: 1ª Fase: situou-se entre 02 a 10 de março, com manchetes ininterruptas sobre o escândalo. As matérias defenderam a inocência da pré-candidata e buscavam culpados para “o golpe” sofrido. Evidenciaram-se dois movimentos nesta fase: o de “negação” do escândalo e o de “apoio” recebido pela governadora; 2ª Fase: compreendeu os dias 11 a 31 de março, nos quais cinco edições não abordaram o caso. Utilizou-se, excessivamente, falas do PFL em defesa da *publisher*, acompanhadas de informações descontextualizadas em benefício da candidata; 3ª Fase: ilustrou a cobertura do caso entre 02 a 14 de abril. A imagem de Roseana foi preservada por meio de notícias positivas sobre sua gestão estadual e por meio de um otimismo do PFL .

Notou-se ao longo da cobertura que o destaque dado às imagens foi significativo nos dois jornais: o periódico carioca publicou 120 fotografias relacionadas ao escândalo, em 38 edições, o jornal maranhense veiculou 105 imagens, em 35 edições. O tema ocupou 29 capas com fotografia em OEMA, enquanto n’OG foram apenas cinco capas com foto. Quantitativamente houve uma maior valorização espacial do caso Lunus n’OG, pois foram publicadas cerca de 81 páginas de conteúdo, enquanto n’OEMA foram cerca de 55 páginas. Qualitativamente houve maior destaque para o tema n’OEMA, pelo espaço ocupado nas capas. A leitura das manchetes veiculadas durante o caso (tabela 1) expõe as estratégias de visibilidade dos veículos, objetivando interesses próprios. Observou-se que em OG houve um ataque direto a Roseana e uma defesa explícita do candidato José Serra. Já OEMA priorizou a defesa de Roseana durante toda a cobertura.

Tabela 1: Síntese comparativa das manchetes analisadas sobre o Caso Lunus

Data	Título	O Globo	O Estado do Maranhão
02/03/2002	1	PF Investiga Marido de Roseana e PFL ameaça deixar governo	“Não vão me intimidar”
03/03/2002	2	Ministro defende atuação da PF no caso de Murad	Roseana afirma que ação foi uma violência política
04/03/2002	3	Sarney Filho sai e agrava crise do PFL com o governo	Murad repudia invasão e exige que tudo seja apurado às claras
05/03/2002	4	PFL faz tempestade em copo d’água, diz FH	Roseana diz que invasão foi ato de discriminação
06/03/2002	5	Roseana deixa candidatura se PFL não romper com FH	Roseana recebe apoio do PFL no Congresso
07/03/2002	6	PFL pode deixar o governo hoje após 38 anos no poder	PFL sai do governo e diz que Roseana é candidata
08/03/2002	7	PFL abandona governo mas mantém cargos e apoio a FH	PFL confirma rompimento e lança Roseana
12/03/2002	8	Laranjas em projetos aprovados por Roseana	Bornhausen quer definir estratégia
13/03/2002	9	Marido de Roseana assume crime para explicar dinheiro	“Agi por determinação própria”
14/03/2002 (...)	10	PFL marca prazo para desistir de Roseana	PFL mantém apoio a Roseana e quer ação da PF investigada
28/03/2002 (...)	11	PM invade centro da PF no Maranhão	-
12/04/2002	12	PFL já dá como certa a renúncia de Roseana	-
13/04/2002	13	-	PFL decide manter apoio à candidatura de Roseana
14/04/2002	14	Abandonada pelo PFL, Roseana Sarney renúncia	Roseana vai disputar mandato no congresso pelo Maranhão

Fonte: Bancos de dados da Biblioteca Nacional (RJ) e da Biblioteca Benedito Leite (MA)

3.1 A cobertura do caso, segundo os jornalistas

A fim de compreender o processo de produção das notícias a respeito desse escândalo, foram feitas entrevistas com a equipe que trabalhou no caso. Ao realizar estas entrevistas, algumas contradições e semelhanças foram encontradas. A primeira contradição diz respeito ao início do caso. O jornalista Isabela Abdala, repórter de política de OG da sucursal de Brasília em 2002, apresentou uma versão diferente da afirmada pelo correspondente maranhense de OG, Raimundo Garrone. Ambos trabalharam no caso durante toda a cobertura. Quando questionados sobre a origem da pauta:

Isabela: *Eu estava na redação d’OG apurando a matéria de domingo, na sexta-feira, e conversava com o deputado Roberto Brant (PFL-MG), por volta das 16h, sobre outro assunto por telefone. Ele me falou: “espera aí que eu tenho que atender um telefone, parece que aconteceu alguma coisa lá no Maranhão”. Perguntei o que foi e ele pediu que eu ligasse depois. Aí fiquei com aquele negócio, aconteceu alguma coisa no Maranhão, já tinha a candidatura da Roseana... Passou meia hora e eu liguei. O que aconteceu Roberto Brant? Ele: Não sei exatamente, mas parece que teve uma ação da PF, alguém estourou alguma coisa no escritório da Lunus e encontrou dinheiro. Na hora que eu soube disso foi na chefia de reportagem, Helena Chagas, contei o episódio e ela: investe nisso. No outro dia eu fui pro Maranhão. Na época, já existia o jornalismo on-line e essas notícias começaram a pipocar.*

Garrone: *Foi curioso porque OG me ligou por volta de 11h, me dizendo que a PF iria invadir o escritório de Jorge Murad às 15h. Então eu fiquei sabendo, em função d’OG ter tido acesso a esta informação. Até para que eu não fosse lá sozinho, eu convidei jornalistas de outros jornais (locais) que iriam cobrir. Não queria chegar lá sozinho para eles acharem que era uma guerra minha particular contra a família, mas que era um fato que realmente estava acontecendo (...) Eu tive uma fonte lá de dentro que me ligou e me disse que os policiais estavam contando dinheiro, informou até o valor. Isso ela já me disse por volta das 20h. Neste horário eu não tinha como confirmar a informação. Eu cheguei a passar a informação para OG, mas sem poder confirmá-la.*

A equipe de OG ficou dividida entre Maranhão, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. Os repórteres Isabela, Garrone e Francisco Leali cobriram São Luís. Jailton de Carvalho foi destacado para Palmas. Todos falaram sobre as rotinas de produção da notícia:

Isabela: *No dia 02/03 eu fui ao Palácio dos Leões e houve uma coletiva e também houve uma outra na casa deles (Roseana). Eu fui muito na PF que era uma fonte e procurei os deputados do Maranhão. Eu lia as matérias do dia do que saía lá. Eu fazia um acompanhamento de tudo. Obviamente que isso tem um desdobramento grande, depois que o fato em si aparece, o fato vai para Brasília. (...) Depois eu voltei para Brasília e obviamente continuei acompanhando isso. É uma cobertura coletiva, tem muita gente que contribuiu. No Congresso isso repercutiu em todas as esferas. Rendeu muito tempo de matéria.*

Francisco: *Acho que fiquei um bom tempo em São Luís. A partir de um certo momento, eu e repórteres de outros jornais de fora (Estadão, Folha, etc) passamos acompanhar Roseana, que se negava a dar explicações sobre a origem do dinheiro. Alugamos carros e fomos para o interior do Estado atrás dela. Ela de helicóptero, nós de carro. Em alguns casos tínhamos que dormir no meio do caminho porque não tinha como voltar para São Luís. Nessa “brincadeira de gato e rato” dirigíamos à noite para conseguir acompanhá-la. A governadora fazia as visitas e retornava a São Luís. Ela fugia das perguntas e dava seu recado nos discursos que fazia para*



a população local. As matérias eram enviadas de onde tivesse telefone: posto de gasolina, salão de beleza, etc. Numa das viagens, tendo que dirigir a noite, atropeli um búfalo. Por sorte foi de raspão. Quebrou o retrovisor e a porta do motorista ficou arranhada. O bicho que bateu a cabeça na lateral do carro caiu sentado e se levantou como se nada tivesse acontecido.

Jailton: *No início das investigações, o jornal me mandou para Palmas. Lá estava o centro das investigações sobre fraudes na Sudam. As principais decisões do Ministério Público Federal, da PF e da Justiça eram tomadas lá. Eu acompanhava a movimentação de procuradores, policiais e as decisões judiciais. Numa outra frente de trabalho, tentava falar com empresários, políticos, doleiros, laranjas, todos que, de alguma forma, tinham envolvimento com as fraudes. Também buscava informações em alguns setores do governo. A partir daí, escrevia matérias diariamente. Minha tarefa era levantar o máximo de informações exclusivas a partir de algumas fontes que estavam em pontos estratégicos da investigação. (...) Acompanhava as viagens de procuradores e delegados por telefone.*

Garrone: *Continuei o trabalho de investigação aqui em São Luís. Aqui a efervescência estava muito grande. Diariamente andava atrás da PF; pela manhã nós fazíamos contato e como era uma operação que envolvia uma candidata à Presidência, estas fontes, informações partiam diretamente de Brasília. O jornal já me ligava do Rio de Janeiro, algumas coisas consegui com fonte em São Luís. Eles ligam, mandam novos dados. Eu ficava impressionado com a rapidez que conseguem as informações. O caso envolvendo o empresário local (...) que tinha uns laranjas em um bairro da periferia de São Luís. Inicialmente eles avisaram só o bairro e um provável endereço, comecei a apurar. Cerca de 20 minutos depois eles já me ligam dando endereço, tudo. Como o caso era nacional, tinha muita gente que ligava, muita fonte querendo derrubar um, derrubar o outro. Tem o interesse do próprio.*

A fala de Garrone aponta outra contradição quando se questiona a interferência (política) na condução do caso pelo O Globo. Para o *freelancer* havia um interesse explícito, seus colegas da sucursal de Brasília discordavam.

Jailton: *Acredito que não houve influência alguma da Roseana ou do Sarney. As pautas surgiam aleatoriamente no dia-a-dia e nenhuma de minhas matérias sofreu cortes que não fossem específicos da edição, da adequação ao espaço das páginas. Não recebíamos ordens para fazer ou deixar de fazer qualquer matéria. O critério era a importância da informação. As informações relevantes, desde que checadas, se transformavam em matérias naturalmente. As investigações têm uma dinâmica própria. Pelo que pude entender, ao longo da apuração, os investigadores descobriram indícios de envolvimento dela em decisões consideradas suspeitas.*

Isabela: *Passei dois anos e meio n'OG e o foco foi a notícia. Nesse aspecto é muito subjetivo, mas eu posso te afirmar pela minha experiência, é um jornal que eu respeito. É um jornal que tenta ser isento, se às vezes não consegue vai da falha humana. Às vezes o repórter não ouviu direito o outro lado, mas nosso foco era absolutamente jornalístico, eu não sofri nenhuma pressão este período. Não teve nenhum tipo de tentativa de cerceamento e controle da notícia. Pelo contrário, nesse tempo todo que passei n'OG não tive. Eu não tive experiência de trabalhar em jornais do interior ou no Nordeste, mas a minha experiência n'OG foi muito feliz enquanto realização de jornalista. O resultado que saiu n'OG na época, se comparado com outros jornais não deixou nada a desejar. A gente publicava as mesmas matérias que a Veja, Folha, e outros. Nunca deixou de publicar nada. A notícia se impõe. Eu entrevistava pessoas e não tirávamos tudo da cabeça e nós dávamos voz a estas pessoas nas matérias, a gente editava, fazia conexão de raciocínios e fazia a matéria. O jornalismo reflete o que a fonte disse, (...) abre aspas e deixa a pessoa falar na reportagem.*



A relação entre os membros da imprensa nacional e regional também levanta questões peculiares como o relato do jornalista Francisco Leali, no qual aponta a existência de assessorias específicas para a imprensa nacional e regional. O depoimento de Garrone ainda explicita mais as possibilidades de cobertura de um mesmo acontecimento.

Francisco: *Lembro que a equipe da governadora tinha um assessor para lidar com a imprensa local e outro para atender os "de fora". Todas as vezes que procurei, me pediam para falar com a assessora que atendia a imprensa "do sul".*

Garrone: *Na época eu era editor do jornal Folha do Maranhão, de propriedade do dep. Manoel Ribeiro (presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão), aliado de Roseana. Pela manhã eu falava bem dela (Roseana), editava matérias positivas, e à tarde eu falava "mal" para OG - lavava a alma. Fazer a correspondência tem esse lado interessante nesse sentido de lavar a alma. Matérias que não saem aqui você consegue dar uma repercussão maior para o fato, enquanto se abafa aqui, principalmente quando se trata do dono do poder. Houve vezes que quando eu liguei e quem atendia perguntava se eu queria falar com ela como repórter daqui ou para OG. Para OG eu tinha que fazer outro tipo de pergunta.*

A última entrevista foi feita com o secretário de redação do OEMA. Ademir Santos foi a única voz do jornal que pode ser ouvida e esclareceu algumas dúvidas da pesquisa de campo. Ele discorreu sobre a relação do jornal com as agências de notícias e também sobre a relação do jornal com seus leitores, sempre em posição de defesa:

Ademir: *Os jornais de pequeno porte como OEMA mantêm uma relação de amizade com os demais jornais, tanto os locais como os de outras cidades. É uma relação de amizade porque os grandes jornais são ligados a uma agência de notícias. Quando um precisa do outro há troca informação. (...) Tem um estigma muito grande na cidade, no estado, dentro do meio intelectual, em relação a 'OEMA, por ele pertencer a um grupo político, como todos os grandes jornais do país. Tudo que se faz aqui é porque o Sarney manda. "Ah, o Sarney dita a manchete, etc!!". E ele sequer vem aqui. Quando ele vem na cidade ele passa na redação, lógico, visita a TV, mas não fica dando ordens diariamente. Isso tem na universidade, no meio intelectual, "não é porque Sarney mandou". Isso não existe, o jornal tem a liberdade de fazer uma cobertura diária. Por pertencer a uma facção política que hoje é adversária do estado, o jornal tem uma linha de independência, e dentro dessa linha busca mostrar as falhas do governo...da cidade, do estado, como em qualquer outra cidade acontece de qualquer forma. Para grande imprensa passa também isso.*

Perguntas referentes ao escândalo Lunus foram deixadas para última parte da entrevista. Ademir foi direto e sucinto sobre o impacto do caso na redação:

Ademir: *O escândalo atraiu muitas atenções. Foi direto, foi até a exaustão. E ainda hoje tem resquícios dessa época.*

4. REFLEXÕES FINAIS

Buscou-se não reforçar as simplificações atribuídas a interface entre o nacional e o regional, mas investigar os variados níveis destes laços. A análise do caso Lunus apontou que existiu defesa de interesses nos dois veículos analisados, esta foi realizada de forma mais direta em O Estado do Maranhão, que optou por um percurso explícito de



valorização de Roseana, enquanto O Globo utilizou diversos recursos, inclusive a ideia de pluralidade de falas das fontes, para sobrepor a voz de alguns atores em relação aos outros envolvidos no caso. Entretanto a verdade defendida nas páginas de O Globo não é a mesma que rege a ética em toda a Organização Globo, pois esta mantém localmente parceria com um sistema oligárquico enquanto nacionalmente, por meio de seus veículos, recrimina tal prática política. Concluí-se que o jornalismo, seja nacional ou local, está permeado por interesses que influenciam o teor das informações transformadas em notícias. Acredita-se que a maior contribuição desta pesquisa foi demonstrar que há proximidade entre o jornalismo nacional e o jornalismo regional, e que a principal diferença destes dois pólos diz respeito à distribuição de poder entre as esferas de centro e margem, que interfere na relação entre as diferentes mídias. Para embasar esta conclusão, a pesquisa demonstrou a existência de vínculos entre dois expoentes da mídia nacional e regional, as Organizações Globo e o Sistema Mirante de Comunicação, por meio de um escândalo situado entre o centro e as margens da política brasileira.

Miguel (2010) reconhece que a mídia se tornou um fator central da vida política contemporânea e aponta que os meios de comunicação ampliam o acesso aos agentes políticos, que ficam expostos, de forma mais permanente, aos olhos do grande público. Contudo há outras particularidades desta relação que subterraneamente influenciam os conteúdos publicados na imprensa seja nacional ou regional. São estes laços entre políticos, empresários de mídia e entidades públicas que devem ser analisados com mais frequência para impedir “enquadramentos distorcidos”. A persistência de formas antidemocráticas de comunicação está relacionada à convivência política, econômica do controle da informação no jogo político. A influência de proprietários de mídia como o senador José Sarney (e outros senadores) na conjuntura política nacional reforçam a necessidade de questionar a vigência destes modos ultrapassados, bem como da manipulação da comunicação em detrimento do direito constitucional à informação. A parceria entre estes sistemas e a grande mídia estimula a perenidade da lucrativa relação entre o público e o privado, nas esferas regionais e nacionais de poder.

Em 30 de maio de 2011, o Ministério das Comunicações divulgou em seu portal na internet “todos” os dados referentes à outorga de radiodifusão no país. O atual ministro da pasta, Paulo Bernardo, declarou: “avancamos na transparência e acreditamos que a sociedade poderá nos ajudar na fiscalização do setor” (MINICOM, 2011). Apesar de algumas lacunas dos dados, a disponibilização sinaliza um avanço,



apesar de a consulta ser restrita aos grupos que pesquisam ou têm interesses específicos. Um grupo ainda modesto para fiscalizar uma complexa teia de acordos, trocas simbólicas estabelecidas entre os eixos mídia e política.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. de. **Aconteceu num carnaval**: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. Artigo apresentado ao 6º Encontro de História da Mídia da Rede Alfredo de Carvalho. Niterói, 2008.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radiodifusao/dados-de-outorga/23457-dados-gerais>. Acesso: 02 de junho de 2011.
- COUTO, C. A. de M. **Estado, Mídia e Oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.
- CRUZ, Valdo. WIZIACK, Julio. **Lista revela políticos donos de rádios e TVs**. Folha de São Paulo, 29/05/2011.
- ENTMAN, R. M. Framing U.S. *Coverage of International News*: contrasts in narratives of the kal and Iran Incidents. *Journal of Communication*, v. 4, n. 41, p. 6-27, 1991.
- HALL, S. **A produção social das notícias**. In TRAQUINA, N. (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.
- HERTZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1991.
- KIELING, Alexandre. **A Digitalização nas Indústrias Criativas e de Conteúdos Digitais**. IN: CASTRO, Daniel; MELO, Marques José; CASTRO, Cosette (Orgs). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. 3 v.
- LESSA, R. **A Invenção da República no Brasil**: da Aventura à Rotina. In: CARVALHO, M. A. R. (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LIMA, V. A de. **Mídia Crise Política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu de Abramo, 2006.
- MELO, Marques José. **Indústrias Criativas e de Conteúdo**: o dilema brasileiro para a integração do massivo ao popular. IN: CASTRO, Daniel; MELO, Marques José; CASTRO, Cosette (orgs). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. 3 v.
- MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Comunicação e política**: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. IN: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- SANTOS, S. dos. **Nem só de samba e futebol sobrevivem as tradições históricas brasileiras**: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo. IN: IX Congresso Ibercom, 2006, Sevilha. <http://alojamientos.us.es/cibercom/comunicaciones.php>. Sevilha : Universidad de Sevilha/AssIbercom, 2006.
- THOMPSON, John. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.
- Entrevistas**: LEALI, Francisco. Entrevista concedida a Pâmela Pinto. Mensagem recebida por <fleali@bsb.oglobo.com.br> em 6 nov. 2008.
- CARVALHO, Jailton de. Entrevista concedida a Pâmela Pinto. Mensagem recebida por <Jailtonc@bsb.oglobo.com.br> em 11 nov. 2008.
- Informação verbal concedida por Raimundo Garrone, Jornalista, em São Luís, em 12 de janeiro de 2009. Informação verbal concedida por Ademir Santos, Secretário de Redação de *O Estado do Maranhão*, em São Luís, em 2 de fevereiro de 2009. Informação verbal concedida por Isabela Abdala, Jornalista, no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 2008.